



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

12875 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT09 - Trabalho e Educação

**CURSOS TÉCNICOS DO PRONATEC NO IFPE: CONFORMAÇÃO E PRECARIZAÇÃO**

Andre Luis Gonçalves Pereira - IFPE

Agência e/ou Instituição Financiadora: FACEPE

## **CURSOS TÉCNICOS DO PRONATEC NO IFPE: CONFORMAÇÃO E PRECARIZAÇÃO**

**Resumo:** O Pronatec, como outras iniciativas de formação profissional, é fundamentado na Teoria do Capital Humano, que perpassa os documentos básicos dos cursos e toda sua propaganda oficial. O Programa executa uma formação parcial e instrumentalizada, importante para o fortalecimento do bloco hegemônico. O IFPE implementou cursos de diferentes modalidades através do Pronatec e alguns dos seus campi nasceram a partir dessa oferta. Esta pesquisa analisa como os cursos técnicos ofertados pelo Pronatec no Campus Vitória de Santo Antão do IFPE foram implementados. Nossa investigação teve como referencial teórico o materialismo dialético e como principal instrumento de pesquisa as entrevistas semiestruturadas, mas também foram realizadas entrevistas estruturadas e análise documental. Concluímos que os cursos serviram para a conformação dos que vivem do trabalho e apresentaram diversos problemas estruturais relacionados à precarização da educação que fortalece a dualidade educacional.

**Palavras-chave:** Pronatec, IFPE, contradições, formação profissional, cursos técnicos.

INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) teve início em 2011 e desenvolve uma série de ações voltadas ao ensino técnico e profissionalizante em diferentes regiões do país. Os diferentes momentos políticos e econômicos vividos no Brasil foram determinantes para distintas fases de sua execução. É possível identificar três fases do Pronatec: a) a oferta vertiginosa de vagas, notadamente de cursos FIC, de 2011 a 2014; b) o declínio da oferta entre 2015 e 2016; c) o período pós contrarreforma do ensino médio iniciado em 2017 (SILVA; MOURA,2022).

Apesar de sua face mais visível ser a oferta de cursos em instituições privadas e públicas, há um conjunto de outras iniciativas relacionadas ao Pronatec. A ampliação dos campi dos Institutos Federais e a difusão de recursos pedagógicos para a educação profissional estão relacionadas ao Programa.

As iniciativas de qualificação profissional dirigidas à classe trabalhadora ao longo da história da educação brasileira são, predominantemente, dissociadas de uma formação integral. Isso também ocorre no Pronatec, que apresenta dois eixos: o financiamento às entidades privadas (mais de 70% das vagas ao longo dos anos foi ofertada pelo “Sistema S” ou outras empresas educacionais) e a busca pela maior conformação da classe trabalhadora. É essencial para o Programa, dentro da nova configuração da Teoria do Capital Humano, responsabilizar individualmente os que vivem do trabalho pela sua realidade profissional precária.

Os Institutos Federais destacam-se como as instituições públicas que mais ofertaram vagas em cursos do Pronatec. O IFPE ofertou cursos do Programa em todos os seus 16 campi. Além da oferta direta de cursos técnicos e FIC, a “terceira expansão” (que foi uma das ações do Pronatec) criou seis novos campi do Instituto na Região Metropolitana do Recife. Unidades educacionais que nasceram em prédios cedidos ou alugados e com dificuldades estruturais.

O Campus Vitória de Santo Antão, onde realizamos nossa pesquisa, foi fundado em 1964 como “Escola de Magistério de Economia Rural Doméstica”. Após essa fase, foi por longo tempo uma “Escola Agrotécnica Federal”, até que a partir de 2008 foi integrada ao IFPE. É reconhecido na região por sua boa estrutura e ensino de excelência.

Nossa pesquisa teve como objetivo identificar a realidade vivenciada nos cursos Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Alimentos ofertados pela instituição através do Programa. Essa investigação é necessária para subsidiar os estudos sobre a implantação das políticas públicas de profissionalização.

## METODOLOGIA

Inicialmente buscamos conhecer a condição social dos depoentes e para isso realizamos entrevistas estruturadas, mas foram as entrevistas semiestruturadas o nosso principal instrumento. Moreira (2006) afirma que, nesta modalidade de entrevista, não se

espera a limitação das respostas dos entrevistados nem que respondam a tudo da mesma maneira, estando assim o entrevistado livre para responder as questões da maneira que deseje.

Foram entrevistados 12 egressos dos cursos Técnico em Alimentos e Técnico em Segurança do Trabalho, selecionados aleatoriamente. O número nos pareceu representativo, por abranger 37,5% do total de concludentes. Todos os egressos preencheram a entrevista estruturada e tiveram gravada sua entrevista semiestruturada em seu local de trabalho ou de moradia. Também realizamos entrevistas semiestruturadas com a coordenação do Pronatec e docentes do Campus que nos permitiram uma comparação com a percepção dos egressos e o acréscimo de novos dados.

Antes e durante a realização das entrevistas realizamos análise documental. Neste movimento analítico foi possível observar as intenções que estão por trás desta política pública, além de constatar possíveis ressignificações e mudanças que ocorrem quando chega ao campus, ao “chão da escola”.

## ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Diferentes documentos são reveladores para perceber as intenções e perspectivas de uma política pública. Por vezes é preciso observar de forma muito minuciosa as entrelinhas do que emerge em textos oficiais para uma adequada interpretação. No Campus Vitória de Santo Antão do IFPE, os Projetos Pedagógicos dos cursos técnicos do Pronatec dispensam esse grau de detalhamento, pois estão explícitas suas intenções e fundamentação teórica. Isso pode ser percebido no seguinte fragmento, do Projeto do Curso Técnico em Alimentos, quando detalha o que será possível para os egressos:

As seguintes vantagens: **Garantia de colocação dos egressos do Curso no mercado de trabalho da região e/ou outros estados; Necessidade crescente, no mercado de trabalho, de profissionais qualificados nas áreas respectivas** (IFPE, 2012, p. 6, grifos nossos).

O Plano do Curso Técnico em Segurança do Trabalho também reforça o dito no documento anterior, ainda que de forma menos enfática:

**O Técnico em Segurança do Trabalho encontra ampla inserção no mercado de trabalho**, podendo compartilhar equipe multidisciplinar voltada à promoção da segurança e a saúde nos ambientes de trabalho, participando ativamente do controle de fatores de riscos que possam comprometer a saúde e a Produtividade (IFPE, 2012, p.15, grifos nossos).

Os projetos citados mostram como a Teoria do Capital Humano está presente nos cursos. A responsabilização individual sobre o êxito ou fracasso profissional é explicitada quando se promete desde a “ampla inserção” até a “garantia” para o jovem cursista. Consolidar o pensamento hegemônico é fundamental para combater qualquer forma de organização coletiva que busque emprego e, necessariamente, se confronte com o capital.

Quando analisamos a realidade encontrada nos cursos técnicos, encontramos os problemas e contradições não perceptíveis através dos documentos oficiais. Um exemplo disso é o que os egressos descobrem sobre o mercado de trabalho da região: apenas um está empregado, ainda assim exercendo atividade correlata (operador de máquinas), em uma grande indústria alimentícia. Os demais seguem em funções precarizadas que já exerciam antes da conclusão do curso (balconista, atendente, operadora de caixa) ou permanecem desempregados. Os depoimentos são impactantes e mostram, parafraseando Pablo Gentili, a frustração pela promessa integradora desintegrada: *“a gente que tem o curso fica mais fácil arrumar um emprego, mas diretamente na linha de produção”* relata a estudante que é operadora de máquinas. Os demais não escondem seu desalento quando indagados sobre se há oferta de emprego: *“se há eu não fui informado ainda. Até agora eu não vi”* (E4ST); *“rapaz, é pouca demais”* (EST1); *“na minha opinião, aqui a demanda de técnico não é muito grande”* (E6).

No interior do Pronatec não havia as mesmas condições estruturais. Por ter um curso regular de Técnico em Agroindústria, o campus ofertava condições mais razoáveis ao desenvolvimento dos estudantes do curso Técnico em Alimentos. Já os que cursaram o curso Técnico em Segurança do Trabalho, sem similar no campus e conseqüentemente sem estrutura adequada, tiveram uma formação que já no seu nascedouro referendava sua precarização. Este curso já previa em seu projeto pedagógico que as aulas práticas seriam ofertadas nos campi Caruaru e Ipojuca que estão a 85 e 62 km de Vitória de Santo Antão respectivamente, ou seja, as condições de funcionamento mínimas não existiam.

Essa realidade ficou explícita na realização dos estágios obrigatórios, executados por todos no próprio Campus. Enquanto os técnicos em alimentos não relatam problemas, os que cursaram segurança do trabalho são unânimes em constatar essa fase da aprendizagem como desqualificada. Relatos como *“a gente não teve estágio, a gente teve um projeto de estágio”* (E1ST) e *“eles não tinham boa infraestrutura pra dar a gente, entendeu?”* (E2ST) atestam esse problema.

Em outros aspectos a precarização atingiu de forma “democrática” os dois cursos. Depoimentos de docentes e egressos afirmam que materiais indispensáveis para o bom desempenho dos alunos, como jaleco, botas e capacetes foram comprados pelos próprios estudantes ou “presenteados” por membros das equipes docente e gestora.

Havia um auxílio pago para custear a alimentação e transporte dos estudantes que atrasava constantemente. Há relatos atestando atrasos de até quatro meses. O pagamento dos docentes também não era realizado de forma pontual, mas os professores não reclamaram pois já tinham seus proventos como servidores públicos (todos eram docentes do campus). Alguns falam que o atraso representava a formação de uma “poupança compulsória”.

A oferta de cursos sem a necessária estrutura faz parte de um processo intitulado

por Acácia Kuenzer como “inclusão excludente” definida como “as estratégias de inclusão nos diversos níveis e modalidades da educação escolar aos quais não correspondam os necessários padrões de qualidade que permitam a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente” (KUENZER, 2002, p. 14). Esta desqualificação apresenta-se como eixo fundamental na execução do Pronatec.

O percentual de evasão dos cursos ofertados através do Pronatec e os que são ofertados regularmente pelo Campus Vitória de Santo Antão parece ser um importante indicador sobre a diferença existente entre eles. Entre os cursos do Programa o Curso Técnico em Segurança do Trabalho apresentou uma taxa de evasão de 38,7%, no curso Técnico em Alimentos, 48% não o concluíram. Neste último curso foram ofertadas 30 vagas, e as aulas foram iniciadas com somente 25 estudantes, ou seja, apenas 40% das vagas resultou na formação de técnicos. É uma evasão bem superior aos dos cursos regulares. onde o maior percentual está na EJA (24%).

Nas entrevistas, diferentes motivações foram percebidas para esse fenômeno. Desde a seleção dos cursistas, tida como inadequada, passando pelas aprovações de alunos em cursos superiores até chegar a questões sociais, já elencadas na literatura como relevantes, como a necessidade de trabalhar. Cordeiro e Costa (2006, p. 13) alertam para “uma situação de pobreza que acaba determinando uma exclusão moral da escola formal, haja vista uma produção de evasão dos espaços escolares quando os jovens buscam no trabalho alguma forma de rendimento e, por outro lado, uma forma de pertencimento”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os únicos cursos técnicos ofertados pelo Pronatec no Campus Vitória de Santo Antão do IFPE explicitaram todos os problemas recorrentes em diferentes locais e momentos históricos quando abordamos a formação profissional no Brasil. Foram um microcosmo de contradições, frustrações e notadamente de fortalecimento de um projeto hegemônico do capital.

A desqualificação da educação brasileira, notadamente de sua qualificação profissional, é parte da inserção subordinada da economia brasileira no sistema capitalista. Para Rummert, Algebaile e Ventura (2012), a retórica desta inserção, concretizada por documentos oficiais de entidades como a Unesco, justifica a baixa escolarização da classe trabalhadora e deixa esta fração da população sem o domínios dos conteúdos científicos e tecnológicos priorizar conhecimentos fragmentados e de caráter comportamental, o que intensifica a destituição dos direitos dos trabalhadores.

A discussão por uma educação profissional de qualidade e por políticas públicas educacionais e de qualificação profissional que representem verdadeiramente os anseios da classe trabalhadora passam por discussões presentes muito além da sala de aula, em uma perspectiva de questionar a destinações prioritárias do fundo público. Qualquer iniciativa que vise a democratização do ensino profissional, por mais bem intencionada que seja, se não tiver essa questão como norte continuará a repetir a dualidade histórica que é a principal marca das iniciativas neste campo.

## REFERÊNCIAS

CORDEIRO, Denise; COSTA, Eduardo Antônio. Jovens pobres e a educação profissional no contexto histórico brasileiro. **Revista Trabalho Necessário**, v. 4, n. 4, 2006.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 55-75.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

IFPE. **Plano de Curso Técnico em Alimentos (Pronatec)**. Vitória de Santo Antão: IFPE, 2012.

IFPE. **Plano de Curso Técnico em Segurança do Trabalho (Pronatec)**. Vitória Santo Antão: IFPE, 2012.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho. **Capitalismo, trabalho e educação**, v. 3, p. 77-96, 2002.

MOREIRA, Herivelto. **Metodologia da Pesquisa para o professor pesquisador**. Rio de Janeiro: DP e A, 2006.

RUMMERT, Sonia Maria; ALGEBAILLE, Eveline; VENTURA, Jaqueline. Educação e formação humana no cenário de integração subalterna no capital-imperialismo. **Jovens, Trabalho e Educação: a conexão subordinada de formação para o capital**. Campinas: Mercado das Letras, p. 15-70, 2012.

SILVA, Danilma de Medeiros; MOURA, Dante Henrique. A implementação do Pronatec e as implicações na política de educação profissional: o prescrito e o efetivado. **Educação e Pesquisa**, v. 48, 2022.

